

IMPACTOS PSICOSSOCIAIS DE ESTIGMAS NA SEXUALIDADE FEMININA NO CENÁRIO BRASILEIRO

PSYCHOSOCIAL IMPACTS OF STIGMA ON FEMALE SEXUALITY IN THE BRAZILIAN SCENARIO

Camilla Junqueira da Costa Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
camillajunqueira337@gmail.com

Shayla Teixeira Damas Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
shaylateixeirad@gmail.com

Carolina Santos Victorino Centro Universitário Geraldo Di Biase, Volta Redonda/RJ, Brasil
psicologa.carolina.rj@gmail.com

Resumo A vivência plena da sexualidade humana é um dos aspectos fundamentais de uma existência saudável. No entanto, em uma sociedade fundada a partir dos ditames patriarcais, a sexualidade feminina enfrenta entraves e repressões advindos dos estigmas que a cerceiam. O presente estudo tem como objetivo delinear os estigmas que cercam a sexualidade feminina e seus impactos na vida das mulheres brasileiras, no que se refere à esfera psicossocial. Para tal, foi realizada uma pesquisa bibliográfica acerca dos tópicos centrais como as origens históricas do patriarcado em território nacional e a perpetuação deste sistema social na contemporaneidade, o surgimento dos estigmas e do processo de estigmatização da sexualidade feminina e o estabelecimento dos papéis sociais de gênero na sociedade, assim como aprofundamento em dados de pesquisas que assinalem os impactos sociais e psíquicos destes estigmas no que se refere à população feminina brasileira. Foi concluído que o processo de estigmatização da sexualidade feminina gera fortes impactos de origem social, como no mercado de trabalho e nos direitos reprodutivos. Estes, por sua vez, mostram-se como evidentes agravantes da saúde mental da população feminina do Brasil.

Palavras-chave Sexualidade feminina. Estigmas. Mulheres.

Abstract Fully experiencing human sexuality is one of the fundamental aspects of a healthy existence. However, in a society founded on patriarchal dictates, female sexuality faces obstacles and repressions arising from the stigmas that surround it. The aim of this study is to outline the stigmas surrounding female sexuality and their impact on the lives of Brazilian women, in terms of the psychosocial sphere. To this end, a bibliographical research was carried out on central topics such as the historical origins of patriarchy in Brazil and the perpetuation of this social system in contemporary times, the emergence of stigmas and the process of stigmatization of female sexuality and the establishment of social gender roles in society, as well as in-depth analysis of research data that indicate the social and psychological impacts of these stigmas with regard to the Brazilian female population. It was concluded that the process of stigmatizing female sexuality has strong social impacts, such as on the job market and reproductive rights. These, in turn, are clearly aggravating the mental health of the country's female population.

Keywords Female sexuality. Stigmas. Women.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Aprovado em 13/11/2024
Publicado em 30/12/2024

INTRODUÇÃO

No decorrer da história da humanidade, a compreensão acerca da sexualidade humana passou por diversas transformações. Cada uma destas se originou de percepções e reflexões cultivadas em seus contextos históricos, fortemente influenciadas por fatores culturais, religiosos, econômicos e políticos. Na contemporaneidade, a noção de sexualidade ainda encontra-se permeada por diversas abordagens que analisam e apontam para diferentes perspectivas quanto a definição da mesma (DUARTE, 2012). Apesar disto, para a Organização Mundial de Saúde (OMS), a noção de sexualidade atualmente pode ser descrita da seguinte forma:

“É um aspecto central do ser humano ao longo da vida; ela engloba sexo, identidades e papéis de gênero, orientação sexual, erotismo, prazer, intimidade e reprodução. A sexualidade é vivida e expressada por meio de pensamentos, fantasias, desejos, crenças, atitudes, valores, comportamentos, práticas, papéis e relacionamentos. Embora a sexualidade possa incluir todas essas dimensões, nem sempre todas elas são vividas ou expressas. A sexualidade é influenciada pela interação de fatores biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, jurídicos, históricos, religiosos e espirituais.” (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE, 2020, p. 15)

De acordo com a definição supracitada, é possível compreender que ter uma boa relação com a própria sexualidade torna-se essencial, já que esta é composta por uma multiplicidade de esferas que permeiam a vida dos indivíduos, podendo impactar diretamente na possibilidade de uma existência saudável e sensação de bem-estar com o próprio lugar social que é ocupado. Contudo percebe-se que tal relação de plenitude com a sexualidade não é uma realidade na vida de muitas mulheres.

As mulheres - neste trabalho em particular, as brasileiras - no tocante a sexualidade feminina são atravessadas por estigmas e estereótipos pejorativos que as reduzem à condição de anormalidade perante a sociedade, tudo isso fundamentado pela estrutura patriarcal que as circunda. Segundo Beauvoir (1967):

“A civilização patriarcal votou a mulher à castidade; reconhece-se mais ou menos abertamente ao homem o direito a satisfazer seus desejos sexuais ao passo que a mulher é confinada no casamento: para ela o ato carnal, em não sendo santificado pelo código, pelo sacramento, é falta, queda, derrota, fraqueza; ela tem o dever de defender sua virtude, sua honra; se "cede", se "cai", suscita o desprezo;” (BEAUVOIR, 1967, p. 112)

Este processo de estigmatização e rotulação foi descrito por Erving Goffman (1970, apud Misse, 1979), que expôs que o estigma se dá quando são atribuídos comportamentos ou expectativas a um sujeito que deixa de ser visto como “normal” e passa a ser enxergado como “diferente, estranho e menosprezado” (GOFFMAN, 1970 apud MISSE, 1979, p. 18). O autor pontua que essas expectativas não são atribuídas de forma consciente, entretanto, um traço que não as corresponda se impõe de forma a gerar impactos na relação entre as pessoas “normais” e as estigmatizadas, afastando-as e impossibilitando que se dê atenção aos outros atributos desse sujeito (GOFFMAN,

1963). Portanto, no momento em que a sexualidade feminina não está em conformidade com os comportamentos e expectativas construídos e impostos pelo patriarcado, há a concretização da estigmatização.

Como consequência deste processo, a sexualidade é impedida de ser explorada livremente por este gênero. Nota-se, na atualidade, suas graves consequências na vivência das mulheres brasileiras em relação aos mais variados pontos, como na experiência com seus corpos, por exemplo.

“Dentro dessa lógica conservadora e machista, a exploração da sexualidade é mais compassiva com o homem do que com a mulher. O garoto possui o falo e desde bebê o explora, seu corpo não é um tabu como é o das meninas. Para as garotas, tudo é mais coibido, até o conhecimento do que é, de fato, a menstruação ou a relação sexual.” (ARAÚJO, 2018, p. 54)

Tópicos essenciais para uma existência saudável, como higiene íntima, saúde menstrual, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e educação sexual geral transformam-se em tabus, firmando um pacto baseado em vergonha e humilhação da mulher que por fim acaba sequer demonstrando curiosidade sobre a própria sexualidade. Assim, de acordo com Beauvoir (1967, p. 70), “A moça pode conseguir assumir seus desejos, mas eles permanecem o mais das vezes vergonhosos. Seu corpo inteiro é aceito com embaraço.”

É importante evidenciar que os impactos da repressão e estigmatização da sexualidade feminina não se restringem apenas ao que se refere à relação das mulheres com seus corpos e/ou vida sexual, uma vez que atravessam diversas esferas essenciais de suas vidas. Questões como a inserção das mulheres em cargos de liderança no mercado de trabalho, os frequentes questionamentos elaborados à sua capacidade intelectual e até mesmo os entraves acerca dos direitos reprodutivos voltados a este gênero são exemplos de áreas afetadas diretamente por tais processos, como será exposto a seguir no presente trabalho.

Havendo entendido que mesmo na contemporaneidade, a repressão da sexualidade da mulher mantém-se como um forte mecanismo de controle sobre a vivência das mulheres, a presente pesquisa tem como objetivo delinear os impactos psicossociais dos estigmas relacionados à sexualidade feminina no cenário brasileiro - sexualidade aqui especificamente no que tange às expectativas acerca dos papéis de gênero impostos, a experimentação do prazer e ao erotismo que podem e supostamente devem ser desempenhados dentro da realidade brasileira. Destacamos que a pesquisa em questão contou com a limitação das experiências vivenciadas por mulheres cisgênero.

Especificamente, buscou-se traçar, por meio de revisão bibliográfica, um panorama histórico quanto a consolidação do sistema machista no Brasil e sua relação com o surgimento dos estigmas que permeiam a sexualidade da mulher em nosso país. Para além disso, objetivou-se não só promover um debate sobre o cenário atual, identificando como os estigmas se perpetuam na sociedade, como também apontar, baseando-se em pesquisas atuais e relevantes, as consequências da presença de tais estigmas na qualidade de vida da mulher brasileira.

2. AS RAÍZES DO PATRIARCADO

Na intenção de abordar os mecanismos que atuam sobre a repressão da sexualidade feminina dentro do contexto brasileiro, é necessário um resgate histórico que exponha que esta não é uma temática presente somente na atualidade. Para tal fim, discutiremos acerca da definição do sistema social patriarcal - pilar sobre o qual as engrenagens de opressão se sustentam - seu funcionamento e suas manifestações ao longo dos séculos até a atualidade. Apresentaremos a manifestação do que compreendemos enquanto patriarcado ainda embrionário, expresso no período da caça às bruxas e da inquisição; a ascensão do capitalismo e a nova função do corpo feminino dentro deste sistema econômico. Abordaremos, por conseguinte, a consolidação dos ditames misóginos no contexto histórico brasileiro a partir da repressão da sexualidade feminina, assim como seus impactos na atualidade.

Ao abordar o patriarcado, Silva (2019) ressalta que é necessário compreendermos que não há uma definição unânime para tal conceito. Mesmo dentre as produções feministas que discorrem sobre a temática, sua conceituação e interpretação divergem de acordo com as diferentes teorias. A mesma autora discute a ideia de patriarcado como poder político: um sistema que opera de acordo com a lógica da autoridade masculina sobre as mulheres e que, nesta perspectiva, não atinge apenas esferas específicas e isoladas da existência dos indivíduos, mas sim atravessa profundamente o cotidiano e a cultura, possuindo assim um amplo impacto na sociedade. Neste mesmo quesito, Silva (2019) ainda conclui:

“Patriarcado, então, é poder político, ou melhor, uma forma de poder enraizada e estruturada de maneira que homens tomem posse dos corpos femininos. É, principalmente, poder político que restringe as liberdades e direitos das mulheres. É dado aos homens o direito de explorar, dominar e oprimir os corpos e as vidas das mulheres.” (SILVA, 2019, p. 18)

Uma das expressões do sistema supracitado ao longo da história, antes mesmo do fenômeno ser nomeado enquanto tal, foi o período da Caça às Bruxas, reconhecido pela violenta perseguição às mulheres. Esse fato histórico teve início no fim do século XVI e se estendeu até meados do século XVIII. Segundo Federici (2019), durante a caça às bruxas, período marcado pela propagação da política da propriedade privada, a perseguição em massa às mulheres se deu devido a alguns aspectos partilhados por elas. Entre eles estavam a pobreza e a transgressão ao controle estatal exercido sobre suas sexualidades e sua capacidade reprodutiva.

“reitero que as mulheres foram o principal alvo dessa perseguição, uma vez que foram elas as mais severamente empobrecidas pela capitalização da vida econômica e que a regulação da sexualidade e da capacidade reprodutiva delas foi a condição para a construção de formas mais rígidas de controle.” (FEDERICI, 2019, p. 22)

Diante do seguinte cenário de desamparo, segundo Federici (2019), a população que se opunha às novas formas de controle e poder impostas pelas recentes mudanças passou a se insubordinar e a promover reivindicações contra a propriedade privada. Como resultado disso, inúmeras punições foram praticadas, e em relação às mulheres, elas não só aconteceram com base nas revoltas e insubordinação, mas também a partir de crenças mágicas de que as mulheres detinham um poder que não podia ser controlado pelas autoridades, crenças de que estas padeciam de um desvio moral (FEDERICI, 2019), mas também em convicções de que estas foram responsáveis por: sacrifício de crianças, contracepção, realizar abortos e exercer sua sexualidade fora dos vínculos do casamento e da procriação, dentre outras (FEDERICI, 2017). Para a autora, essas acusações eram cercadas de certa obscuridade, já que eram impossíveis de comprovar e evocavam o horror da população. Esse fator facilitava que atos cotidianos, e que anteriormente não eram reconhecidos como crimes, passassem a ser alvo de suspeita e punição (FEDERICI, 2017).

A caça às bruxas só foi possível devido ao apoio de algumas instituições de grande relevância social, e para Silvia (2017) a Igreja foi uma delas. Os séculos anteriores pautados em uma campanha misógina contra as mulheres protagonizada pela instituição em questão teve grande influência na viabilização da perseguição a esse grupo. Cabe ser destacado que também houve uma natureza política nesse processo que contou com a colaboração entre Estado e Igreja para que as execuções fossem levadas adiante. Como resultado, centenas de milhares de mulheres foram torturadas, queimadas ou enforcadas (FEDERICI, 2017).

Tempos depois houve uma mudança no sistema econômico da época - a ascensão do capitalismo; o que levou a uma mudança de pensamento social. Os fatos históricos expostos anteriormente serviram como base para a evolução da dinâmica do capital e, segundo Federici (2019, p. 64), “o capitalismo não podia se consolidar sem forjar um novo indivíduo e uma nova disciplina social que impulsionasse a capacidade produtiva do trabalho”. Nesse contexto, as mulheres tiveram papel indispensável no que diz respeito à reprodução, uma vez que a mão de obra, como afirma Federici (2019) não poderia existir se não por meio da gestação, atrelada ao corpo feminino. Logo teve início a intensificação da noção de comportamentos ideais relativos a cada gênero. Dessa maneira, idealizava-se a mulher assexuada, obediente, submissa e resignada à subordinação. No campo da reprodução buscava-se a geração de mais mão de obra e para tal o corpo feminino passou a ter como função a reprodução e a satisfação das necessidades masculinas (WIESNER, 1988 apud FEDERICI, 2019).

3. O PATRIARCADO E O CONTEXTO BRASILEIRO

Ainda no âmbito das evidentes expressões do patriarcado e nos direcionando especificamente

ao foco do nosso trabalho, se faz necessário destacar que a discriminação de gênero é uma “herança” deixada pelos colonizadores europeus (FEDERICI, 2017). Neste mesmo sentido, no que se refere ao contexto histórico brasileiro, podemos observar a partir dos escritos de Araújo (2004) que o período colonial foi marcado por intensa repressão da sexualidade feminina. O autor afirma que figuras como pais, tios e irmãos, ou até mesmo figuras que não faziam parte da constituição familiar, eram responsáveis por atuar na vigilância do despertar do desejo da mulher. A Igreja mais uma vez se fazia presente e, junto das rigorosas leis do Estado, atuou fervorosamente no controle e adestramento sexual feminino. Acreditava-se que, caso não fosse controlada, a sexualidade da mulher representava forte ameaça em diversos âmbitos, como à ordem imposta pelas instituições civis e religiosas (ARAÚJO, 2004).

Como relata Araújo (2004), a Igreja justificava sua imposição de controle dos corpos femininos através da lógica da superioridade masculina, que dita que o homem é autoridade e a mulher, por sua vez, deve submeter-se a ele, pois o homem era apontado como o equivalente de Cristo no ambiente doméstico. Neste viés, o autor cita os escritos de São Paulo, presentes na epístola de Efésios, o qual ditava:

“Esposas, que cada uma de vocês se sujeite a seu próprio marido, como ao Senhor; porque o marido é o cabeça da esposa, como também Cristo é o cabeça da igreja, sendo ele próprio o salvador do corpo. Como, porém, a igreja está sujeita a Cristo, assim também a esposa se sujeite em tudo ao seu próprio marido.” (BÍBLIA, 2017, n. p. Efésios 5: 22-24).

Já à mulher reservava-se a punição do pecado primário cometido por Eva no Jardim do Éden. Acreditava-se que as mulheres ainda carregavam consigo a essência da primeira pecadora e, portanto, deviam ser controladas para que não repetissem a conduta da mesma (ARAÚJO, 2004).

Era comum, neste período histórico do Brasil, a crença de que as mulheres eram mais suscetíveis às tentações do espírito, uma vez que eram compreendidas como animais de origem e natureza imperfeita. Neste mesmo sentido, ainda se temia que as mesmas passassem a palavra de suas experiências em contato com as “artes do mal” para outras mulheres (KRAMER e SPRENGER, 1991 apud ARAÚJO, 2004).

Sendo assim, as mulheres eram controladas em diversas instâncias de suas vidas, para garantir o adestramento de sua conduta e sexualidade. Neste âmbito, Araújo (2004) sinaliza que na colônia brasileira mantinha-se um dito comum que propunha apenas três momentos em que a mulher deveria estar autorizada a deixar sua residência: para atender a seu próprio batismo e casamento, ou para seu funeral. O dito destaca a vigilância constante a qual as mulheres eram submetidas.

O patrimônio também fazia parte indissociável da sexualidade feminina e mesmo após a sua concretização elas ainda eram mantidas nas rédeas e amarras da Igreja, que ditava minuciosamente a vida sexual do casal: o ato sexual não devia ter fins voltados aos prazeres carnavais, e sim à

reprodução. Da mulher, ainda se esperava que pagasse o “débito conjugal”, isto é, que não evitasse relacionar-se sexualmente com seu marido, mas não deveria, em hipótese alguma, deixar escapar sinais de seu próprio desejo (ARAÚJO, 2004).

Juntamente com o patrimônio vinha a maternidade. De acordo com os valores misóginos do período, a maternidade era compreendida como o apogeu da existência feminina. Desta forma, após seu matrimônio ser consagrado pela igreja, era somente no ato de gestar que a mulher finalmente afastava-se da imagem da pecadora primária, Eva, e aproximava-se da imagem de Maria, figura feminina honrada e imaculada, que deu a luz a Cristo (ARAÚJO, 2004).

Compreende-se, desta forma, a forte estigmatização e repressão da sexualidade feminina ao longo do contexto histórico do Brasil, que concretizou-se a partir da constante vigilância e controle de diferentes agentes no decorrer da vida da mulher brasileira. Os processos supracitados causaram uma evidente disparidade entre as vivências sexuais masculina e feminina, a qual se faz presente ainda na contemporaneidade.

4. A CONSOLIDAÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO E OS ESTIGMAS SOCIAIS

Segundo Goffman (1963), é a sociedade que estabelece meios de categorizar as pessoas. Dessa maneira alguns atributos que são tidos como comuns e naturais para determinados grupos enquanto outros serão tidos como incompatíveis, tornando aquela comunidade em questão passível de ser estigmatizada. Em consonância, Ainlay et al. (1986, apud SIQUEIRA e CARDOSO, 2011) indicam que o estigma é uma construção social que pode variar de acordo com os períodos históricos e as culturas. Portanto, os estigmas são um fenômeno social que, segundo Melo (2000), determina o modelo social necessário a fim de perpetuar as relações de poder anulando os sujeitos que buscam romper com o mesmo.

Ao longo de todo o desenvolver do trabalho é possível compreender que na atualidade, como resultado direto da lógica patriarcal, os indivíduos, desde o início de suas vidas, entram em contato com um processo de categorização orquestrado por meio dos denominados “papéis sociais de gênero”. Estes, por sua vez, podem ser definidos da seguinte forma:

“Os papéis de gênero caracterizam-se como um conjunto de comportamentos e condutas que foram reproduzidos por um longo período na história da humanidade pelas mulheres e pelos homens, compreendidos como naturais, adequados, próprios ou desejáveis para uma pessoa de acordo com seu sexo. Tais padrões adquiriram essa compressão, de um modelo ideal a ser seguido, ao longo do tempo, em outras palavras, por serem reproduzidos por tanto tempo assumem a ideia de serem naturais às mulheres e aos homens.” (BRABO e SILVA, 2017, p. 131)

Brabo e Silva (2017) apontam que os papéis sociais de gênero são implementados desde a infância, sendo introduzidos e impostos às crianças através de dois importantes agentes deste período do desenvolvimento humano: em primeiro momento, pela família e logo a seguir, pela

escola. Os autores salientam que ambas as instâncias atuam impondo regras e instruções que ditam a diferença entre comportamentos e atitudes esperados de mulheres e homens perante a sociedade, seguindo o ideal social. Ademais, a partir da teoria da aprendizagem de Bandura (1971) e da teoria do desenvolvimento de Kohlberg (1966) (apud NEGREIROS e FÉRES-CARNEIRO, 2004) os seus respectivos autores enfatizam que tal processo de internalização na infância pode ocorrer a partir da observação e imitação do comportamento de seus semelhantes e do que já compreendem como “masculino” e “feminino”. Entende-se, portanto, que a partir da implementação dos papéis sociais de gênero, caso qualquer destes personagens desvie da conduta idealizada, este será passível de estigmatização, e neste caso, as mulheres são um grande alvo deste processo.

Justamente por apresentarem características que não são condizentes com a norma estereotipada atribuída ao seu grupo social, as mulheres - como descreve Goffman (1963) ao expor processo de estigmatização - passam a ser consideradas enquanto divergentes dos demais. Assim, elas não são compreendidas socialmente como pessoas normais em sua totalidade e, conseqüentemente, passam a ser entendidas a partir de atributos pejorativos, como alguém reduzido/estragado, que apresenta defeitos e traços de fraqueza (GOFFMAN, 1963).

Complementarmente ao o processo de estigmatização no âmbito da sexualidade, Griffó, Silvestre e Silva (2024) apontam que os indivíduos estigmatizados terão enquanto consequência de seus desvio das normas a discriminação.

Como foi evidenciado anteriormente no presente trabalho, os indivíduos brasileiros estão inseridos numa sociedade estruturada acerca dos ditames patriarcais. Desta forma, compreendemos que o processo de estigmatização da sexualidade feminina atravessa profundamente a existência das mulheres e, desta forma, seus impactos atingem simultaneamente os âmbitos social e psicológico.

5. METODOLOGIA

Para a elaboração desse trabalho, foi utilizada a abordagem qualitativa que possibilita, segundo Turato (2005) compreender o significado individual ou coletivo de um fenômeno. Nessa concepção, o foco não será direcionado ao fenômeno em si, mas no significado que esse trará para o cotidiano dos sujeitos. O autor ainda acrescenta que esse significado tem função estruturante, ou seja, as pessoas organizam suas vidas em torno do sentido atribuído às coisas e aos fenômenos (TURATO, 2005). Dessa maneira, a perspectiva qualitativa permitirá compreender o que a atuação dos estigmas sob a sexualidade feminina significa para as mulheres no cenário brasileiro e como acarreta impactos psicológicos e sociais.

Para tal, em primeiro momento foi feita uma revisão da literatura de artigos produzidos nas seguintes bases de dados eletrônicos entre 2003-2024: SciELO, CAPES, PePSC, Google Acadêmico e por fim Google, para captar informações que correspondem à comunicação em massa.

Ademais foram utilizados livros e capítulos inseridos na temática sendo todos estes materiais publicados no idioma português. Foram procurados dados acerca dos temas “sexualidade feminina”, “estigmas” e “papel de gênero”, temas basilares para a proposta desse trabalho e que forneceram o embasamento necessário para as etapas seguintes.

Por fim, a análise identificou e discutiu como estes estigmas afetam sua saúde física e mental assim como as relações que estabelecem dentro do cenário delimitado.

6. RESULTADOS

Compreendendo, portanto, que os processos de estigmatização e repressão da sexualidade da mulher brasileira possui raízes históricas nos ditames patriarcais, os quais prevalecem em vigência na contemporaneidade, destacamos a seguir dados e pesquisas que evidenciam os fortes impactos dos processos supracitados na esfera psicossocial da vivência da mulher brasileira.

Em primeira instância, no âmbito do mercado de trabalho. Ainda na atualidade, a intelectualidade e capacidade de liderança da população feminina permanecem sendo frequentemente questionadas. Mesmo compondo 51,5% da população nacional (IBGE, 2022), o estudo divulgado pelo IBGE (2024) aponta que segundo dados de 2022, apenas 39,3% dos cargos gerenciais eram ocupados por mulheres. Apesar da expressiva redução das desigualdades nas últimas décadas (ALVES e CAVENAGHI, 2013), em 2022, somente 53,3% das mulheres com quinze anos ou mais estavam no mercado de trabalho, contra 73,2% dos homens na mesma faixa de idade. No mesmo ano, a remuneração feminina foi inferior à dos homens, alcançando somente 78,9% dos ganhos masculinos (IBGE, 2024). As mulheres brasileiras estão submetidas a um as pesquisas nacionais apontam para o cenário exaustivo.

O relatório organizado pela Organização Não-Governamental Think Olga (2023) expõe o desejo de brasileiras quanto à mudanças no quesito financeiro e trabalhista: 60% das mulheres que participaram da entrevista relatam a vontade de mudar sua situação financeira, enquanto 30% relatam desejos relacionados à mudanças no trabalho (ONG THINK OLGA, 2023).

Ainda no que diz respeito a tarefas ocupacionais, o mercado de trabalho não é a única função laboral desempenhada diariamente pelas mulheres do Brasil. Dentre as demais atuações, destacam-se o trabalho doméstico e os afazeres como cuidadoras. O estudo “Estatísticas de Gênero: Indicadores Sociais das Mulheres no Brasil” do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) se respaldou em dados de pesquisas posteriores e divulgou que no ano de 2022 os afazeres domésticos e/ou atividades de cuidado atrelado a outras pessoas ocupavam em média 21,3 horas semanais da população feminina. Enquanto quando voltada ao público masculino, a quantidade de horas dedicadas a tais afazeres é significativamente reduzida, sendo esta equivalente a 11,7 (IBGE, 2024). Neste sentido, a sobrecarga das diversas atividades laborais às quais as mulheres dedicam-se

resultam em agravos em sua saúde mental. A ONG Think Olga elaborou um relatório que apontou que em cada grupo de 4 mulheres que são cuidadoras de alguma pessoa, 1 assinala insatisfação ou extrema insatisfação no que se refere à sua saúde mental. No entanto, a sobrecarga não afeta apenas as cuidadoras, uma vez que, dentre as entrevistadas pela ONG, 1 em cada grupo de 5 mulheres que não cuidam de alguém revelam a mesma insatisfação ou extrema insatisfação.

Para Vedana e Gervasoni (2020), a criminalização da prática do abortamento é uma das manifestações mais evidentes do sistema patriarcal na sociedade brasileira atual. As autoras ainda destacam que os debates elaborados acerca da legalização da prática são limitados, uma vez que a subjugação do corpo feminino ao controle masculino e a associação do “papel da mulher” ao exercício da maternidade são princípios fundamentais da cultura do patriarcado (VEDANA e GERVASONI, 2020). Um exemplo que ilustra o cenário brasileiro acerca dos direitos reprodutivos das mulheres é o Projeto de Lei 1904/24. A proposta do projeto visa punir ainda mais rigorosamente a prática do aborto em casos de gestações viáveis acima da 22ª semana, com pena equivalente ao delito de homicídio simples. O projeto ainda prevê a mesma penalidade à vítimas de estupro que recorrerem ao aborto após as 22 semanas supracitadas (BRASIL, 2024).

A percepção das mulheres quanto a vivência de sua sexualidade em oposição a dos homens entra em destaque na pesquisa realizada por Vieira, Zanuzzi e Amaral (2016). Segundo os autores, as mulheres experienciam uma intensa necessidade de manter a vigilância voltada para sua própria sexualidade. Isto porque este grupo sofre um processo de internalização das repressões direcionadas à sua sexualidade e, desta forma, não só a reprime, como também rende-se aos desejos sexuais masculinos. Um exemplo desta submissão à sexualidade do homem é evidente em um dos relatos de uma participante da pesquisa elaborada pelos autores:

“Uma participante entende que é necessário ter relações sexuais mesmo sem ter desejo para satisfazer as necessidades do companheiro, no intuito de que ele não procure outras mulheres para ter relações sexuais (M2).” (VIEIRA; ZANUZZI e AMARAL, 2016, p. 71)

Os autores ainda destacam que a sexualidade masculina é compreendida como um instinto mais intenso e latente do que das mulheres. Sendo assim, mesmo que os homens exerçam sua sexualidade de maneira que seja inadequada aos padrões sociais, tal ato é entendido como compreensível (VIEIRA; ZANUZZI e AMARAL, 2016). Esta disparidade entre as experiências sexuais denota-se na fala das entrevistadas:

“Para M7, “a mulher sempre foi criada assim, mais presa (...) e o homem pode tudo, o homem sempre pode tudo”. Para M6 “parece que pra mulher é tudo mais, é tabu, mais reservado. O homem parece que, não sei se é pelo instinto dele mesmo, tipo assim, pra ele é fazer sexo e pronto e acabou”.” (VIEIRA; ZANUZZI e AMARAL, 2016, p. 77)

Segundo a coordenadora do Projeto Sexualidade (ProSex), do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, Carmita Abdo (2016), embora tenha havido

muitas mudanças recentes no cenário brasileiro relacionadas ao comportamento afetivo-sexual, o tema ainda é abordado com “vulgaridade”, as mulheres temem julgamentos aos seus comportamentos e acabam por limitar o próprio prazer. Essa questão pode ser observada nos dados colhidos pela pesquisa Mosaico 2.0 (2016), conduzida por Abdo. De acordo com o levantamento, o início da vida sexual feminina ocorre, em média, 1,51 anos mais tarde em comparação à média masculina. Dentre as mulheres ouvidas pela pesquisa, 44,4% afirmaram enfrentar algum grau de dificuldade para atingir o orgasmo, e 57,1% acreditam que fariam sexo com alguém só por atração em comparação a 76,4% dos homens (O GLOBO, 2016)

Para Elbel (2020), as mulheres que arriscam a vivência plena de sua sexualidade e desejos são apontadas como promíscuas e, sendo assim, merecem quaisquer violências que possam vir a ser vítimas. Neste sentido, a autora faz menção a uma violência sexual específica a qual as mulheres podem ser submetidas: o estupro corretivo. O estupro corretivo é uma prática criminosa utilizada contra as mulheres como método de correção da conduta feminina, para que se encaixem no padrão de comportamento socialmente imposto às mesmas (ELBEL, 2020).

“Da letra da lei, compreende-se que o estupro corretivo é aquele no qual o agente do crime busca, mediante violência ou grave ameaça, constranger alguém a ter relação sexual, seja essa a conjunção carnal ou qualquer outro ato libidinoso, consigo ou com terceiro, para controlar o comportamento social ou sexual da vítima, uma vez que o considera errado, digno de correção.” (ELBEL, 2020, p. 17)

No caso de mulheres que apresentam sexualidades dissidentes, o delito de estupro corretivo é utilizado como método de dominação, com intuito de submeter-lhes forçosamente aos parâmetros e normas heteronormativas (COSTA, 2021).

As pesquisas acerca da temática de violência sexual evidenciam o cenário agravante em que as mulheres brasileiras estão inseridas. Uma pesquisa realizada com o apoio do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) em conjunto com o DataFolha em 2016 revelam que 42% dos homens brasileiros concordam que “mulheres que se dão respeito não são estupradas”, enquanto 63% das mulheres discordam da afirmação. De acordo com a mesma fonte de dados, nota-se ainda outra disparidade a ser destacada, onde 65% da população nacional relata ter medo de ser vítima de violência sexual. Quando relatos são repartidos por gênero, a disparidade faz-se presente: 85% das mulheres brasileiras afirmam ter medo do delito, enquanto apenas 46% dos homens apresentam o mesmo relato (LIMA e BUENO, 2016). As porcentagens citadas tornam-se preocupantes, na medida em que consideramos o alto índice de estimativa de estupros ocorridos por ano em território nacional, o qual atinge a estimativa de cerca de 822 mil casos, o que seria o equivalente a quase dois por minuto - segundo a hipótese mais conservadora da pesquisa realizada por meio do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que teve como referência o ano de 2019 e utilizou-se da análise de dados fornecidos pela Pesquisa Nacional de Saúde do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PNS/IBGE) e do Sistema de Informação de Agravos de Notificação do Ministério da

Saúde (SINAN/MS) (FERREIRA et al, 2023).

Ressaltamos que a violência sofrida pelas mulheres em contexto brasileiro não se restringe apenas aos crimes sexuais. As informações divulgadas pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP) construídas a partir da exploração de um compilado de estudos apontam para um cenário preocupante de violência de gênero no Brasil, uma vez que o número de vítimas do delito de feminicídio no ano de 2023 alcançou a marca de 1.463. Este marco é o equivalente a 1,4 mulheres assassinadas a cada 100 mil. O FBSP contou com a análise de dados de diversas fontes para a estimativa de feminicídios, como as Secretarias Estaduais de Segurança Pública (BUENO et al, 2024). Concomitantemente, o contexto de alto índice de violência de gênero torna-se um fator prejudicial à saúde do psiquismo das mulheres. A ONG Think Olga, em seu relatório “Esgotadas”, aponta que dentre um grupo de 6 mulheres entrevistadas, 1 assinalou o receio de sofrer violência de gênero como um aspecto que afeta sua saúde mental.

Para além das violências de gênero e ainda pautado nos resultados expostos pelo relatório “Esgotadas” da ONG Think Olga, um outro fator que agrava a saúde mental das mulheres vem a ser a pressão estética à qual elas são submetidas, ainda na contemporaneidade. 26% das brasileiras entrevistadas ao longo da pesquisa apontaram a pressão dos padrões de beleza impostos socialmente como um aspecto de impacto em sua saúde mental. A pressão do padrão estético afeta, em sua grande maioria, mulheres jovens. Atrelado à baixa autoestima e a insatisfação em relação à sua imagem corporal, assinalados pelas entrevistadas, a Think Olga ainda aponta o alto índice de transtornos alimentares em mulheres brasileiras, onde as mesmas representam 68% dos diagnósticos em território nacional (ONG THINK OLGA, 2023).

Para a Organização Mundial de Saúde (2010, apud SILVA et al. 2023), gênero é um marcador social que exerce influência na saúde da população, dessa maneira desigualdades de gênero podem ocasionar desigualdades em saúde. A condição de desigualdade feminina possibilita o desenvolvimento de problemas mentais (REIS et al, 2023) e adicionalmente Lewinsohn, Hoberman e Rosenbaum (1988 apud CORREIA e BORLOTI, 2011) apontam que ser mulher representa um fator de risco para o desenvolvimento da depressão. Especificamente em relação a realidade da mulher brasileira, o Institute For Health Metrics And Evaluation (2019 apud THINK OLGA, 2023), apresentou que as mesmas adoecem mais do que a média global, apresentando prevalência de transtornos mentais por razões psicossociais e também devido ao abuso de substâncias em 19 mil habitantes a cada 100 mil, número maior do que a prevalência global de 13,3 mil a cada 100 mil habitantes. A desigualdade de saúde mental entre homens e mulheres pode ser observada em pesquisas estatísticas do povo Brasileiro. A pesquisa Opinião de saúde mental (DATAFOLHA, 2024), indica que 9% das mulheres avaliam negativamente sua saúde mental, em contraste com 5% dos homens. No que diz respeito ao diagnóstico, as taxas femininas representam o dobro das

masculinas, 27% das mulheres receberam o diagnóstico de ansiedade e 20% de depressão. Já para os homens as taxas de diagnóstico foram de 14% e 10% respectivamente. (DATAFOLHA, 2024)

O adoecimento mental conta com inúmeros fatores de risco, entre eles o sociocultural. Havendo entendido o contexto diante do qual as mulheres estão expostas, estudos apontam que contingências socioeconômicas e familiares, gravidez, situações de violência e problemas de saúde estão relacionadas ao comportamento de mulheres que se caracterizam como deprimidas (CORREIA e BORLOTI, 2011). Devido ao estigma dessas condições, que são associadas a falta de força de vontade ou falha moral, poucas procuram ajuda e enfrentam obstáculos como a vergonha e o medo. (REIS et al, 2023)

Os dados das pesquisas e estudos aqui referenciados denotam os diversos agravantes da esfera psicossocial da vivência feminina em território nacional. Os impactos sociais geram, simultaneamente, impactos no psiquismo e na saúde mental feminina, adoecendo-as na medida em que enfrentam a sobrecarga dos papéis, pressões e repressões às quais são submetidas cotidianamente.

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os estigmas da sexualidade feminina possuem origens históricas, com raízes fundadas no sistema de desigualdade de gênero ao qual as mulheres foram submetidas desde o tempo da colônia brasileira. O processo de estigmatização foi utilizado para o controle e repressão das mulheres, por meio da vigia constante de seus corpos. Na contemporaneidade, onde o patriarcado atravessa todas as esferas das vidas dos indivíduos, a estigmatização se dá a partir da manutenção da desigualdade de gênero imposta pelos papéis sociais.

Compreendemos, portanto, que tal processo em território nacional possui enquanto função última a preservação do patriarcado, uma vez que seus impactos, como abordado ao longo de todo o trabalho, perpetuam a desigualdade de gênero e permeiam diversas instâncias da existência da mulher em sociedade, principalmente ao que se refere ao campo psicossocial, o qual foi o foco do presente trabalho.

O interesse final da pesquisa era tal expor os impactos da dinâmica do estigma na sexualidade das mulheres, e a partir do levantamento de dados e da discussão estabelecida ao longo de todo o texto, conseguimos constatar impactos diretos não apenas no âmbito social, como mercado de trabalho e nos atrasos no campo dos direitos reprodutivos, como também no âmbito psicológico, uma vez que o contexto desigual em que as mulheres estão inseridas é um evidente fator agravante da saúde mental das mesmas. Percebemos também que esses impactos ocorrem simultaneamente nesses campos, sem que haja dissociação entre os mesmos.

Apesar da abundância de escritos relativos à sexualidade feminina, ainda carecemos de

estudos acerca da repressão da sexualidade feminina e seus impactos. Há carência de registros, fontes e pesquisas que denotem, por exemplo, os índices de estupros corretivos que ocorrem em nosso país, um aspecto bastante evidente da estigmatização da sexualidade da mulher no Brasil. E a ausência de dados, por sua vez, dificulta e até mesmo inviabiliza a construção de estratégias de enfrentamento. Consideramos, portanto, a urgência da necessidade de pesquisas nacionais que se atenham aos impactos sofridos pelas mulheres no Brasil, para que haja boa mensuração dos índices destes impactos e, concomitantemente, para que sejam planejadas ações capazes de desencadear mudanças neste cenário.

REFERÊNCIAS

ALVES, José Eustáquio Diniz; CAVENAGHI, Suzana Marta. Indicadores de desigualdade de gênero no Brasil. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, Londrina, v. 17, n. 2, p. 83-105, jul./dez., 2012. Disponível em: https://p-web01.mp.rj.gov.br/Informativos/violencia_domestica/2014/01_2014/08.pdf. Acesso em 17 dez. 2024.

ARAÚJO, Emanuel. **A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia**. In: Mary Del Priore (Org.). *História das mulheres no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Contexto, 2004, p. 45-77.

ARAÚJO, Karen Dominique Rodrigues de. **O discurso sobre a sexualidade feminina: subjetividades e identidades em construção**. Manaus, 2018. 187f. Dissertação (Mestrado em Letras e Artes) – Universidade do Estado do Amazonas (UEA), 2018. Disponível em: <https://pos.uea.edu.br/data/area/dissertacao/download/31-14.pdf>. Acesso em: 17 dez 2024.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo: a experiência vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão europeia do livro, 1967.

BÍBLIA SAGRADA. **Efésios, 5: 22-24**. Nova Almeida Atualizada. São Paulo: Sociedade Bíblica do Brasil, 2017. n. p. Disponível em: <https://www.sbb.org.br/biblia/NAA/EPH.5>. Acesso em: 23 nov. 2024.

BRABO, Tânia Suely Antonelli Marcelino; SILVA, Matheus Estevão Ferreira da. A INTRODUÇÃO DOS PAPÉIS DE GÊNERO NA INFÂNCIA: BRINQUEDO DE MENINA E/OU DE MENINO?. **Revista Trama Interdisciplinar**, São Paulo, v. 7, n. 3, p.127-140, set./dez., 2017. Disponível em: <https://editorarevistas.mackenzie.br/index.php/tint/article/view/9856>. Acesso em: 9 set. 2024.

BRASIL. Projeto de Lei nº 1904, de 17 de Maio de 2024. Acresce dois parágrafos ao art. 124, um parágrafo único ao artigo 125, um segundo parágrafo ao artigo 126 e um parágrafo único ao artigo 128, todos do Código Penal Brasileiro, e dá outras providências. **Câmara dos Deputados**, Brasília, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em: 8 out. 2024.

BUENO, Samira et al. **Feminicídios em 2023**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/244>. Acesso em: 21 set. 2024.

CORREIA, Karyne Mariano Lira; BORLOTI, Elizeu. Mulher e depressão: uma análise comportamental-contextual. *Acta Comportamentalia: Revista Latina de Análisis de Comportamiento*, v. 19, n. 3, p. 359-373, 2011. Disponível em: <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/actac/v19n3/a07.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

COSTA, Leticia dos Santos d'Utra. A prática delitiva do estupro corretivo e a heteronormatividade compulsória: um estudo acerca da correlação entre crime e patriarcado. *Revista Direito e Sexualidade*, Salvador, v. 2, n. 1, p. 50-65, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revdirsex/article/view/42615/24771>. Acesso em: 18 nov. 2024.

DATAFOLHA. **Opinião sobre saúde mental**. São Paulo: Datafolha, 2024. Disponível em: <https://datafolha.folha.uol.com.br/opinioao-e-sociedade/2024/09/7-dos-brasileiros-avaliam-sua-saude-mental-como-ruim-ou-pessima.shtml>. Acesso em: 20 nov. 2024.

DUARTE, Vanessa. **A educação sexual e o adolescente: um novo olhar frente ao desafio**. 2012. 57 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade Estadual de Londrina. Londrina, 2012. Disponível em: <http://www.uel.br/ceca/pedagogia/pages/arquivos/2012%20VANESSA%20DUARTE.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ELBEL, Denser Bianca. **A cultura do estupro e a violação da dignidade e liberdade sexual da mulher como método de punição**. 2020. Artigo Científico (Bacharel em Direito). Centro Universitário de Brasília (UniCEUB), Brasília. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/prefix/14154/1/Bianca%20Elbel%2021550235.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

FEDERICI, Sílvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. Editora Elefante, 2017.

_____. **Mulheres e caça às bruxas**. Boitempo Editorial, 2019.

FERREIRA, Helder; COELHO, Danilo Santa Cruz; CERQUEIRA, Daniel; SEMENTE, Paloma Alves. **Elucidando a prevalência de estupro no Brasil a partir de diferentes bases de dados**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2023. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/11814>. Acesso em: 21 set. 2024.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Tradução: Mathias Lambert, v. 4, 1963.

GRIFFO, Andréa Fernandez; SILVESTRE, Débora Fernandez Antonon; SILVA, Fabrício Augusto Correia da. **ESTIGMA DA SEXUALIDADE E SEUS EFEITOS: UMA REVISÃO DA LITERATURA SOBRE PREVENÇÃO E VIOLÊNCIA SEXUAL**. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 10, n. 10, p. 1161–1175, out. 2024. Disponível em: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/15980>. Acesso em: 4 nov. 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil**. Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica, n. 38, 2024.

_____. **Panorama do Censo 2022 (IBGE)**. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso: 2 out. 2024.

LIMA, Renato Sérgio de; BUENO, Samira (coord.). **A polícia precisa falar sobre estupro:**

percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas de estupro nas instituições policiais. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2016. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/handle/123456789/109>. Acesso em: 21 set. 2024.

MELO, Zélia Maria de. Estigmas: espaço para exclusão social. **Symposium**, Pernambuco, v. 4, n. especial, p. 18-22, dez. 2000. Disponível em: <https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/2457/2457.PDF>. Acesso em: 17 dez. 2024.

MISSE, Michel. **O estigma do passivo sexual**. Rio de Janeiro: Achiamé, 1979.

NEGREIROS, Teresa Creusa de Góes Monteiro; FÉRES-CARNEIRO, Terezinha. Masculino e feminino na família contemporânea. **Estudos e pesquisas em psicologia**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 34-47, jun., 2004.

O GLOBO. **Brasileiras preferem sono de qualidade à satisfação sexual, diz pesquisa**. O Globo, 09 jun. 2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/sexo/brasileiras-preferem-sono-de-qualidade-satisfacao-sexual-diz-pesquisa-19472199> Acesso em: 17 nov. 2024.

Organização Mundial da Saúde. **Saúde sexual, direitos humanos e a lei**. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2020. 88 p. Disponível em: <https://iris.who.int/bitstream/handle/10665/175556/9786586232363-por.pdf> Acesso em: 17 dez. 2024.

PAIVA, Vera Silvia Facciolla. Psicologia na Saúde: Sociopsicológica ou Psicossocial? Inovações do Campo no Contexto da Resposta Brasileira à Aids. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 3, p. 531-549, dez., 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/5137/513751772002.pdf>. Acesso em: 8 out. 2024.

REIS, Isabella de Lara Aires. et al. Saúde mental da mulher: desafios no diagnóstico e intervenção precoce: uma revisão sistemática. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 9, n. 7, p. 22150-22160, jul., 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/61494/44333>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, Adrea Rodrigues Padilha; SANTOS, Adrienne Cristyna Silva dos; GAIA, Jhonatan Wélington Pereira; LEBREGO, Ariana Marques. Corpos femininos e loucura: Sofrimento psíquico, relações de gênero e suas interseccionalidades. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, Salvador, v. 9, n. 4, out./dez., 2023. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/cadgendiv/article/view/54098/32912>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SILVA, Bruna Camilo de Souza Lima e. **Patriarcado e teoria política feminista: Possibilidades na ciência política**. Belo Horizonte, 2019. 116f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal de Minas Gerais, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/31963/4/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Bruna%20Camilo%20-%20Vers%C3%A3o%20Final%20encadernada.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2024.

SIQUEIRA, Ranyella de; CARDOSO, Hélio. O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana. **Imagonautas: revista interdisciplinária sobre imaginários sociais**, v. 1, n. 2, p. 92-113, 2011. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4781280>. Acesso em: 17 dez. 2024.

ONG THINK OLGA. **Esgotadas: o impacto do trabalho emocional na vida das mulheres**. São

Paulo: Think Olga, 2023. Disponível em: <https://lab.thinkolga.com/esgotadas/>. Acesso em: 20 nov. 2024.

TURATO, Egberto Ribeiro. Métodos qualitativos e quantitativos na área de saúde: definições, diferenças e seus objetivos de pesquisa. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 39, n. 3, p. 507-514, jun., 2005. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsp/a/qtCBFFfZTRQVsCJtWhc7qnd/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 17 dez. 2024.

VEDANA, Bruna Bassi; GERVASONI, Tássia A. Os movimentos feministas na América-Latina e as perspectivas para a efetivação dos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres brasileiras. **Revista Ártemis**, Paraíba, v. 29, n. 1, p. 279–298, jan./jun., 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/49848>. Acesso em: 8 out. 2024

VIEIRA, Érico Douglas; ZANUZZI, Tamara Rodrigues Lima; AMARAL, Grazielle Alves. As relações sociais de gênero como obstáculos para a vivência da sexualidade feminina. **Perspectivas em Psicologia**, Uberlândia, v. 20, n. 2, p. 65-85, jul./dez., 2016. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/perspectivasempsicologia/article/view/37216/19664>. Acesso em: 17 dez. 2024.